

# **Preparados, Leais e Disciplinados: os Jornalistas Comunistas e a Adaptação do Modelo de Jornalismo Americano no Brasil**

Afonso de Albuquerque - UFF

Marco Antonio Roxo da Silva - UFF

“Confessou Luiz Fernando [Ferreira Levy] que preferia jornalistas de esquerda e, particularmente, quem tivesse passado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB): ‘Eram os melhores quadros da imprensa, disciplinados, combativos, leais e...conservadores’. Ele não estava longe da verdade.” (Lachini, 2000: 24).

Neste artigo, sustento que, entre as décadas de 1950 e 1970, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou um papel estratégico na adaptação do modelo de jornalismo “independente” americano no Brasil. À primeira vista esta pode parecer uma afirmação estranha, particularmente se considerarmos o fato de que nesta época a Guerra Fria estava no seu ápice. Contudo, acreditamos que a nossa hipótese está respaldada por sólidas evidências. Além de Levy, outros proprietários de jornais conservadores também demonstraram simpatia por jornalistas comunistas. O editorialista do jornal O Estado de São Paulo era comunista, e não escondia o fato do dono do jornal (Müller Filho, 2003: 273-4). Roberto Marinho, o dono das Organizações Globo é citado como tendo se recusado a ceder às pressões de autoridades do regime para demitir alguns esquerdistas de seu jornal, dizendo “dos meus comunistas cuido eu, na minha casa ninguém se mete” (Andrade, 2003: 35).

Como explicar que os jornalistas comunistas tivessem tanto prestígio entre donos de jornais conservadores naquela época? Sugiro, aqui, uma relação simbiótica se desenvolveu entre os donos de jornais e os jornalistas comunistas. Na virada para a década de 1950, transformações expressivas na política e na economia brasileiras proporcionaram aos jornais a oportunidade de se modernizar, com um olho no mercado crescentemente competitivo e o outro nas disputas entre as facções políticas. A modernização incluiu novas instalações, adquiridas em sua maioria com a ajuda de empréstimos a fundo perdido do Banco do Brasil, e um esquema administrativo mais racional (Waisbord, 2000; Ribeiro, 2001). Ela incluiu também a gradual substituição do

velho modelo de jornalismo literário e de opinião – inspirado no jornalismo francês, por um modelo mais centrado em fatos (Chalaby, 1996), adaptado dos Estados Unidos. A fim de promover tais mudanças, os jornais precisavam contar com jornalistas preparados e disciplinados, mas os velhos jornalistas não preenchiam esses requisitos, e a cultura jornalística por eles compartilhada era hostil às mudanças pretendidas. Sustento, aqui, que os jornalistas comunistas desempenharam um papel fundamental neste processo, na medida em que forneceram aos jornais profissionais preparados e atuaram como fonte de lealdade e disciplina nas salas de redação.

Naturalmente, os jornalistas do PCB tinham suas próprias razões para tomar parte do processo. Tendo sobrevivido por um longo tempo como um partido fora-da-lei, o PCB tinha uma grande experiência nas táticas da clandestinidade política. Uma das mais importantes dessas táticas era a infiltração em instituições culturais estratégicas (tais como os jornais), a fim de obter alguma influência junto à opinião pública. A modernização da imprensa brasileira ofereceu aos comunistas uma boa oportunidade para obter alguma influência nas salas de redação. Para ser bem sucedidos, contudo, eles deviam ser tão discretos quanto possível e evitar um viés esquerdista no noticiário. Nos termos do antigo editor de O Estado de São Paulo, Cláudio Abramo (1988), os comunistas conheciam “as regras do jogo”.

A retórica e os procedimentos práticos e discursivos do modelo americano de jornalismo “independente” forneceram uma boa base para a barganha entre os donos de jornais conservadores e seus empregados comunistas. Ao (formalmente) subscrever o modelo, os donos de jornais podiam reivindicar exercer um serviço público (fornecer informações precisas para seus leitores) e se alinhar com valores tais como liberdade, modernidade e democracia. Os jornalistas comunistas tinham suas próprias e pragmáticas razões para subscrever o modelo. Muitos deles desdenhavam a objetividade como um ideal inacessível e sustentavam que “a liberdade de imprensa é, na verdade, liberdade de empresa”. Contudo, a retórica da objetividade também permitia aos jornalistas reivindicar o exercício de um serviço público e, desta forma, proporcionava a eles alguma autonomia em relação aos seus chefes.

O modelo americano de jornalismo e o comunismo têm sido considerados tão imiscíveis quanto óleo e água. Siebert, Peterson e Schramm (1946) descrevem os modelos americano e comunista soviético como baseados em teorias da imprensa antagônicas: a teoria libertária e a teoria autoritária. No esquema de três modelos, mais sofisticado, proposto por Hallin e Mancini (2004), por sua vez, eles são associados a

dois sistemas midiáticos diferentes: o jornalismo americano é apresentado como o exemplo mais puro do sistema midiático liberal, enquanto o modelo do pluralismo polarizado é o único no qual o comunismo pode desempenhar um papel significativo. Por outro lado, os estudos que investigaram a interação entre os dois fatores (por exemplo, Blanchard, 1986) têm sempre focado a dimensão do antagonismo entre o comunismo e o modelo americano de jornalismo, em detrimento de outros tipos de relação. A análise do caso brasileiro sugere que o problema pode ser mais complexo do que isto. Na década de 1950, o comunismo e o “American way of life” se apresentavam como dois caminhos alternativos para a modernização do país. Havia muita rivalidade entre eles, naturalmente, mas eles também compartilhavam de traços e perspectivas em comum o suficiente para que pudesse haver algumas alianças táticas entre eles.

O artigo se divide em quatro partes. A primeira examina dois influentes modelos de análise comparativa dos sistemas midiáticos: o livro *Four Theories of the Press*, de Fred Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm, e o modelo tripartite proposto por Daniel Hallin e Paolo Mancini no livro *Comparing Media Systems*. Ela sustenta que, não obstante sejam bastante diferentes um do outro, ambos os modelos desenvolvem uma abordagem estática acerca dos fenômenos que estudam, e que um enfoque mais dinâmico é necessário se quisermos entender o modo como os países periféricos lidam com os modelos dos países centrais. Antes que investigar *quais* modelos eles adotam, trata-se de analisar *como* eles adaptam esses modelos às suas próprias necessidades.

A segunda seção apresenta algumas breves observações de cunho histórico acerca do PCB, enfocando alguns aspectos que ajudam a entender as razões que levaram os jornalistas comunistas a se juntar aos donos de jornais no seu projeto de modernização da imprensa.

A terceira seção apresenta e procura explicar algumas evidências acerca da influência exercida pelos jornalistas de esquerda – particularmente aqueles ligados ao PCB – nas salas de redação. Essas evidências têm a ver com o significativo número de membros do PCB (ou outras organizações de esquerda, menos expressivas), a influência exercida pelos jornalistas comunistas na admissão de novos jornalistas, o papel que os editores esquerdistas exerceram, de mediadores *políticos* entre os donos de jornais e a sala de redação, e a atitude tolerante, e mesmo positiva, que os donos de alguns jornais conservadores mantinham em relação aos jornalistas comunistas. A forte presença de comunistas na redação dos jornais é explicada como conseqüência de uma relação simbiótica entre os jornalistas e donos de jornais: em troca da tolerância destes, os

primeiros garantiam qualidade técnica, disciplina e redes de lealdade, que ajudaram a viabilizar o projeto de modernização da imprensa.

A quarta seção, por fim, discute os fatores que levaram ao declínio da influência do PCB nas salas de redação dos jornais ao longo da década de 1970. A exigência de diploma de curso superior em jornalismo proporcionou aos jornais uma oferta de mão de obra especializada em grande escala, sobre a qual o PCB tinha muito menos controle. Além disso, os jornais estavam se tornando organizações mais complexas, de modo que as redes de lealdade estruturadas em torno do PCB. Finalmente, o PCB passou a sofrer a concorrência do Partido dos Trabalhadores (PT) – um partido que adotava uma atitude de confronto em relação ao empresariado – na disputa pela hegemonia no campo da esquerda.

### **1. A Análise Comparativa no Jornalismo: Abordagens Estáticas e Dinâmicas**

À primeira vista, a sugestão de que, entre as décadas de 1950 e 1970, os jornalistas comunistas desempenharam um papel estratégico no desenvolvimento de um jornalismo de estilo americano no Brasil pode parecer sem sentido; afinal, neste período os Estados Unidos formavam o principal antagonista do comunismo internacional. Tal perspectiva se reflete também nos estudos comparativos sobre o jornalismo. Embora o antagonismo entre os dois elementos tenha sido obviamente a nota dominante do período, ela não dá conta de todas as dimensões da relação entre eles. A fim de entender como, em uma situação específica, forças supostas como antagonistas puderam colaborar, é necessário empregar um modelo de análise mais dinâmico do que aqueles que têm sido comumente utilizados.

Escrito por Fred Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm, o livro *Four Theories of the Press* é geralmente considerado o ancestral dos modernos estudos comparativos sobre o jornalismo. O propósito declarado do livro é correlacionar “as diferentes formas que a imprensa assume em diferentes países” com “as estruturas sociais e políticas dentro das quais ela atua” (1963: 1). Na prática, porém, o que o livro faz é algo muito diferente: ele apresenta um contraste agudo (e bastante parcial) entre o modelo de imprensa americano contemporâneo – apresentado sob o rótulo de “teoria da Responsabilidade Social” – e o modelo Comunista Soviético, à luz dos seus fundamentos teóricos últimos: a teoria Libertária da imprensa, no primeiro caso, e a teoria Autoritária no segundo. De fato, o livro descreve o modelo da Responsabilidade Social como um aperfeiçoamento histórico dos princípios liberais, enquanto a teoria

Comunista Soviética é caracterizada como uma fórmula particularmente perversa da teoria autoritária da imprensa. O livro é, evidentemente, um produto da Guerra Fria, e reflete o clima da cruzada que a imprensa e o governo americanos moveram, ao final da Segunda Grande Guerra, para exportar o modelo americano de jornalismo para todo o mundo (Blanchard, 1986). Como diz Nerone (1995: 25), a dicotomia básica que estrutura o livro é a propriedade privada ou estatal dos meios de comunicação. Para os autores, é apenas na ausência de controle estatal que os meios serão livres para servir ao público; caso contrário, eles servirão para manipulá-lo.

*Four Theories of the Press* está longe de ser um bom exemplo de uso do método comparativo para a análise do jornalismo. Como Nerone (1995) observou, uma das quatro teorias da imprensa – a Libertária – serve de referencial para a construção de todas as demais: a teoria da Responsabilidade Social é um aperfeiçoamento dela, a teoria Autoritária é o oposto dela, e a teoria do Comunismo Soviético é uma forma piorada da teoria Autoritária. Não obstante seus problemas, ela permaneceu influente durante décadas. Foi apenas na década de 1980 que uma nova geração de estudos trouxe fôlego novo à análise comparativa do jornalismo. Na sua primeira fase, estes estudos realizaram comparações pontuais entre modelos jornalísticos (ou sistemas midiáticos) em dois ou mais países. Alguns exemplos são a comparação entre o jornalismo americano e o italiano por Hallin e Mancini (1984), do jornalismo britânico e alemão por Köcher (1986), e a comparação entre os modelos anglo-americano e francês por Chalaby (1996). Ao contrário de *Four Theories*, estes estudos têm o mérito de serem baseados em análises empíricas rigorosas, razão pela qual eles representaram um passo decisivo para a consolidação dos estudos comparativos sobre o jornalismo como campo de investigação.

Os estudos comparativos sobre o jornalismo entraram em uma nova fase com a publicação do livro *Comparing Media Systems*, de Hallin e Mancini, em 2004. O livro propõe um esquema de três modelos para descrever os sistemas midiáticos da América do Norte e da Europa Ocidental: o modelo Liberal (característico dos Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda e Canadá); o modelo Democrático Corporativista (característico dos países da Europa central e setentrional) e o modelo Pluralista Polarizado (característico dos países mediterrâneos). Os autores enfatizam que os modelos são tipos ideais e, portanto, países específicos podem combinar características de dois ou mesmo dos três modelos. Assim, por exemplo, os meios britânicos combinariam características do modelo Liberal e do modelo Democrático Corporativista, enquanto o sistema francês

teria características dos modelos Democrático Corporativista e Pluralista Polarizado. Os dois autores apresentam um modelo bastante elegante, solidamente baseado nos estudos empíricos disponíveis sobre os sistemas midiáticos da Europa Ocidental e da América do Norte. Os autores defendem que as categorias criadas por eles não devem ser impostas aos estudos realizados acerca de outros países, fora do universo investigado pelos autores, servindo apenas como “um conjunto de modelos em relação aos quais os demais podem ser construídos” (2004: 305). Contudo, não fica muito claro de que modo o esquema dos três autores poderia ser útil para uma análise comparativa em âmbito mundial.

Tomados a partir de um ponto de vista externo, os três modelos parecem ainda mais diferentes entre si do que os autores sugerem. Para além do seu caráter descritivo, de tipo ideal, os modelos Liberal e Democrático Corporativista apresentam também um caráter normativo – o modelo Liberal é o paradigma dominante global e o modelo Democrático Corporativista oferece uma alternativa mais coletivista a ele – mas o mesmo não se dá com o modelo Pluralista Polarizado. Ao contrário, a definição que os autores apresentam acerca dele enfatizam principalmente suas qualidades negativas (o papel do clientelismo, a pouca importância relativa das normas profissionais, a subordinação dos meios de comunicação à lógica da disputa política, etc). Os autores sugerem que o modelo Liberal é útil para entender as influências externas em outros sistemas midiáticos, associadas ao neoliberalismo e à globalização, o modelo Democrático Corporativista tem traços em comum com alguns sistemas asiáticos e europeus orientais, e o modelo Pluralista Polarizado seria útil para entender os sistemas midiáticos de um grupo bastante diversificado de regiões, que incluiria a África, a América Latina, as repúblicas da antiga União Soviética e a Europa Oriental.

Que o modelo do Pluralismo Polarizado – um modelo definido em termos fundamentalmente negativos – pode ter um valor comparativo para um escopo tão amplo de sistemas midiáticos é algo que merece reflexão: não estaria ele servindo como um sinônimo mais sofisticado de “sistemas midiáticos de países subdesenvolvidos”? Talvez um outro tipo de abordagem seja necessário para lidar com o jornalismo nos países periféricos, que seja capaz de dar conta, de modo mais dinâmico, do modo como estes países se apropriam e reinterpretam os modelos de jornalismo dos países centrais. Na ausência de uma tal abordagem, torna-se muito difícil entender o tipo de aliança que os donos de jornais conservadores e os jornalistas comunistas estabeleceram em torno do modelo de jornalismo americano.

## **2. Vivendo nas Sombras: o Partido Comunista Brasileiro**

Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) existiu durante a maior parte de sua história como um partido político ilegal. Por esta razão, dominar técnicas de ação política clandestina se tornou, para o partido, uma questão de vida ou morte. Desde 1985, o PCB opera legalmente; antes, isso só ocorrera em três breves ocasiões: entre março e julho de 1922, entre janeiro e agosto de 1927 e de outubro de 1945 a maio de 1947.

O período compreendido entre 1945 e 1947 é de particular interesse para o nosso estudo, visto que é imediatamente anterior àquele no qual estamos interessados. Em 1944, o Brasil se juntou aos Aliados na Segunda Grande Guerra, e enviou tropas à Itália para combater as forças do Eixo. Quando a guerra terminou, tornou-se óbvio que o regime autoritário do Estado Novo – muito mais próximo aos regimes nazi-fascistas que das democracias ocidentais – estava com seus dias contados. O presidente Getúlio Vargas foi deposto, um sistema multipartidário foi estabelecido e eleições foram agendadas para final de 1945, para eleger o novo presidente e uma Assembléia Constituinte. O PCB tomou parte de ambas as eleições e teve aproximadamente dez por cento dos votos nas duas. Durante o curto período em que funcionou legalmente, o PCB desenvolveu uma ampla rede de comunicações, que incluía oito jornais diários e duas editoras. Muitos intelectuais se juntaram ao partido e, em apenas um ano, o número de seus membros registrados pulou de 5.000 para 180.000 (DHBB, XXXX: YYY). Em 1947, contudo, como consequência da Guerra Fria o partido foi julgado ilegal, acusado de ser o braço brasileiro do Partido Comunista Soviético.

O modo como o partido lidou com a clandestinidade forçada combinou uma estrutura interna autoritária, de inspiração leninista, com uma estratégia política predominantemente moderada, que preferia o caminho das reformas e dos amplos arcos de aliança política à revolução e à luta de classes aberta. Seguindo os princípios leninistas, o PCB adotou uma estrutura fortemente disciplinar: o partido deveria ser uma organização clandestina, coeso ideologicamente e baseado em um sólido respeito pela hierarquia. Tal estrutura tinha, nitidamente, inspiração militar: o ativista era um soldado, o partido, um exército e a Internacional Comunista, o Quartel-General. Do militante comunista, esperava-se que fosse abnegado, dedicado à causa comum e que subordinasse a sua vida pessoal aos interesses da vontade coletiva, tal como representada pelo partido. Não obstante fosse estruturado como um partido revolucionário, o PCB preferiu, durante a maior parte de sua existência a via reformista.

De acordo com a perspectiva dominante no partido, não havia, na sociedade brasileira, condições concretas para que fosse dado o passo revolucionário em direção ao socialismo. Antes disto, seria necessário consolidar o capitalismo no Brasil, pré-requisito para a formação do proletariado, a classe verdadeiramente revolucionária. Tal diagnóstico justificava a estratégia do partido de buscar alianças com a burguesia nacionalista do Brasil.

O modelo revolucionário de organização do PCB e o caráter reformista de sua estratégia se combinaram para fazer da “infiltração” em instituições públicas e privadas uma das táticas preferidas do partido. Ao infiltrar seus membros em instituições culturais, outros partidos políticos e na imprensa, o PCB foi capaz de conservar uma influência significativa na política e na cultura, a despeito da ilegalidade. Juntos, a estrutura disciplinar do PCB, a estratégia de alianças com a burguesia nacional e as táticas de infiltração usadas pelo partido ajudam a explicar como os jornalistas comunistas vieram a desempenhar um papel central na adaptação do modelo americano de jornalismo para o Brasil.

### **3. Um Casamento de Conveniência**

O relato padrão sobre a modernização do jornalismo brasileiro conta que, no início da década de 1950, um pequeno grupo de jornalistas do jornal Diário Carioca – Danton Jobim, Pompeu de Souza e Luis Paulistano são comumente citados como os pais fundadores do jornalismo brasileiro moderno – “trouxeram” dos Estados Unidos um conjunto de valores – estruturados em torno da “objetividade jornalística” – e práticas – como por exemplo, o uso do lead na abertura das matérias – que, logo, se difundiram entre os jornalistas brasileiros (Amaral, 1996). Embora raramente contestada, esta narrativa é obviamente insuficiente: ela não apresenta quaisquer pistas que ajudem a explicar de que modo o modelo se difundiu no jornalismo brasileiro. Dado que os jornalistas brasileiros não compartilhavam dos valores implícitos do modelo de jornalismo independente (Waisbord, 2000; Albuquerque, 2005), é razoável supor que alguma força disciplinar foi necessária para permitir que a implantação do novo modelo pudesse obter sucesso. Neste artigo, defendo que os jornalistas ligados ao PCB desempenharam um papel importante nesse processo disciplinar, e que eles tinham razões *políticas* para fazer isso. As evidências disso serão apresentadas nos parágrafos seguintes.



Para começar, os membros do PCB compunham uma parcela expressiva dos jornalistas brasileiros durante o período em análise. De uma amostra de 55 jornalistas, ativos nas décadas de 1960 e 1970, entrevistados por Abreu, 43% declararam que haviam participado de partidos ou movimentos de esquerda, e destes, 61% haviam sido membros do PCB (2003: 42). Os jornalistas que foram membros do PCB respondem por cerca de um quarto da amostra, portanto. Os comunistas também obtiveram influência entre os editores e secretários de redação: Augusto Nunes, Élio Gaspari e Roberto Müller são apenas alguns exemplos de uma longa lista de jornalistas influentes afiliados ao PCB. É geralmente aceito que os jornalistas tendem a ser mais esquerdistas que os jornais para os quais eles trabalham (Hallin e Mancini, 2004: XXXX), mas o nosso caso fornece a evidência de algo além disso: a forte presença, nas salas de redação, de uma organização política. Isto sugere que o PCB pôs em prática uma estratégia bem sucedida de infiltração nos jornais.

Com efeito, ser membro do PCB – ou, em menor grau, a outras organizações políticas de esquerda – parece ter servido para muitas pessoas como um atalho para o jornalismo. Um companheiro de partido levou Etevaldo Dias para trabalhar em *O Jornal*, onde ele ficou por sete meses. Mais tarde, ele se transferiu para *O Globo* (Conti: 1999). Carlos Alberto de Oliveira era um estudante de direito, membro do PCB e integrante do movimento estudantil em Salvador durante o regime militar. Para escapar da prisão, ele fugiu para o Rio de Janeiro, e foi trabalhar no jornal sensacionalista *Luta Democrática* por indicação de colegas comunistas. Há muitas histórias semelhantes, que sugerem que a contratação de comunistas pelos jornais obedecia a um plano sistemático. Isto não escapava aos donos de jornais mas, ao que tudo indica, não lhes trazia preocupação. O caso de João Sant’Anna o ilustra bem. Jornalista e militante da Dissidência Comunista (uma dissidência do PCB), ele passou um ano e meio preso como subversivo. Quando foi libertado, procurou emprego em *O Globo*. Ele foi admitido, com um bom salário, mas sem um contrato formal, pois, como lhe foi explicado, o jornal “tinha subversivos demais” e era preciso evitar suspeitas do Serviço Nacional de Informações (SNI). Quando a Lei de Anistia foi aprovada, quatro anos mais tarde, *O Globo* formalizou a sua contratação de Sant’Anna (Smith, 1997: 65).

Como explicar a tolerância que jornais conservadores demonstraram em relação à contratação de membros de organizações de esquerda? Talvez solidariedade humana possa ter sido um fator, mas ela obviamente não basta para explicar o comportamento de organizações complexas e capitalistas como os jornais. Devemos, portanto, admitir

que os jornais obtiveram algum tipo de vantagem institucional na contratação de tais jornalistas. Sustentamos aqui que, ao admitir membros de organizações de esquerda – especialmente do PCB – os jornais obtiveram três tipos de benefícios: jornalistas preparados, disciplina no trabalho e lealdade política.

Há duas principais razões pelas quais o PCB provinha profissionais preparados para os jornais. Em primeiro lugar, o PCB contava com uma considerável infra-estrutura de comunicações, que incluía muitos jornais. Por este motivo, Rubim (1998: 317) afirma que a imprensa do PCB funcionou como uma escola para muitos jornalistas. Em segundo lugar, visto que o PCB escolhera a arena cultural como seu principal campo de batalha, ele dedicou um esforço considerável na preparação dos seus ativistas. O caso de Ancelmo Góis é ilustrativo, a este respeito. Nascido em uma família pobre do Nordeste, ele recebeu uma educação deficiente. Adolescente, tornou-se membro do PCB e ativista do movimento estudantil em Aracaju. Perseguido por subversão, fugiu para o Rio de Janeiro, de onde o PCB o enviou para Moscou, para cursar A Escola Preparatória para Jovens Ativistas. Tendo retornado ao país, ele concluiu o curso universitário de jornalismo, com o apoio do partido (Conti: 400).

A disciplina é um valor profundamente enraizado na história do movimento comunista. No *Manifesto do Partido Comunista*, publicado originalmente em 1848, Marx e Engels sustentam que, ao submeter os trabalhadores das indústrias a um rígido sistema disciplinar, os capitalistas estão, de fato, proporcionando a eles uma organização de tipo militar, e lhes dando os instrumentos que eles um dia utilizarão para combater a ordem capitalista. Lênin também atribuiu grande valor à disciplina. Para ele, o Partido Comunista deveria ser a vanguarda do proletariado, encarregada de fornecer ao movimento a disciplina e a coordenação necessárias. Não é surpreendente, então, que os jornalistas membros do PCB tivessem suas próprias razões para favorecer a disciplina nas salas de redação. Por outro lado, dada a centralidade da arena para o PCB, sua estratégia aliancista e sua situação de clandestinidade, não havia qualquer interesse em converter esta disciplina em uma arma subversiva contra os donos dos jornais, ao menos em um curto prazo.

Assim, para os jornalistas comunistas não havia qualquer contradição entre ajudar a consolidar um modelo de jornalismo associado aos Estados Unidos – o líder mundial da campanha anticomunista, que incluiu dentre outras coisas uma ‘cruzada pela imprensa livre’ (Blanchard, 1986) e seus próprios valores políticos. Eles costumavam

usar a retórica do jornalismo “independente”, mas o faziam enquanto linguagem técnica do jornalismo, antes que como um objeto de crença.

Paradoxalmente, é possível que a aceitação dos jornalistas comunistas a uma ordem disciplinar na qual eles não acreditavam tenha sido tornado mais fácil pela percepção da distância radical entre os seus interesses e os dos donos de jornais. Cláudio Abramo, que se auto-definia como marxista, embora não membro do PCB, ex-editor-chefe de *O Estado de São Paulo* e da *Folha de S. Paulo* apresenta um argumento interessante neste sentido. Segundo ele, o jornalismo não tinha uma ética especial: tratava-se antes de um artesanato que de uma profissão. Como qualquer outro trabalhador, os jornalistas deveriam fazer o melhor no seu emprego. Eles deveriam contar os fatos de modo tão completo e preciso quanto possível, e interpretá-los com base em seus próprios pontos de vista, mantendo contudo uma mente aberta (1993: 110). Tais valores pertencem ao senso comum, e valem para os jornalistas tanto quanto para todos as demais pessoas. Assim, de acordo com Abramo, não são os seus valores que distinguem os jornalistas das demais pessoas, mas o tipo de compromisso que eles têm com eles: os jornalistas desempenham um serviço público e, por isso, têm mais responsabilidades do que as demais pessoas. Por outro lado, os jornalistas comunistas sabiam que a sua liberdade era limitada pela posição ideológica dos jornais nos quais eles trabalhavam: os jornais são organizações hierárquicas, e numa sociedade capitalista os patrões estão logicamente no topo. Assim, gostando ou não, os jornalistas deveriam conhecer bem a sua posição na hierarquia e agir de acordo com ela. Esta é uma forma de censura, claro, mas tais eram as regras do jogo. Os donos raramente tomavam parte diretamente na censura, afinal, não é exatamente por isso que eles têm uma organização burocrática a seu serviço? Abramo usa o seu próprio exemplo como editor-chefe para ilustrar isso: “Eu devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal” (1993: 118).

Este tipo de pragmatismo comunista não era uma idiossincrasia de Cláudio Abramo. Os membros do PCB tinham ainda mais motivos para subscrevê-lo. Do seu ponto de vista, obedecer à hierarquia dos jornais não era simplesmente uma questão de manter o próprio emprego, mas de responsabilidade com o partido clandestino ao qual pertenciam. Isto se tornou particularmente verdadeiro durante o regime militar, quando atitudes descuidadas de apenas um indivíduo podiam ser interpretadas como provocações pelas autoridades, e resultar em retaliações desastrosas para os jornalistas

como um todo e, mesmo, para o jornal do jornalista “ofensor”<sup>1</sup>. Esta é, provavelmente, a razão pela qual os jornalistas comunistas tinham uma boa reputação entre os donos de jornais. Nas palavras de Evandro Carlos de Andrade, editor-chefe de O Globo, “comunista sabe o que pode fazer, não se mete a besta, é profissional, faz aquilo só e sabe que não pode ir além” (Andrade: 2003: 35).

Acreditar que se estava sob censura provavelmente servia como um poderoso alibi moral para os jornalistas comunistas, o que lhes permitia trabalhar para jornais conservadores sem se sentirem culpados. Afinal, todos estavam subordinados a mais alguém. Numa estrutura capitalista, não se supunha que eles tomassem as decisões finais, embora em certas ocasiões eles poderiam fazer uma diferença para melhor. Tal crença provavelmente ajuda a explicar porque os jornalistas brasileiros foram tão aquiescentes com a censura durante o regime militar, como sugere Smith (1997): de uma perspectiva comunista, o exercício da auto-censura era uma consequência óbvia de se trabalhar em uma organização capitalista. A ditadura militar acrescentou um elemento de medo a isto, mas não mudou a natureza essencial do problema<sup>2</sup>.

A hierarquia e a disciplina dos jornais eram autoritárias, naturalmente, mas isto estava longe de ser um problema insuperável para os jornalistas que eram membros do PCB. Para começar, como membros de um partido comunista, eles valorizavam a subordinação dos indivíduos aos interesses coletivos, e tinham muita experiência em lidar com organizações autoritárias e hierárquicas. Além disso, a disciplina relativamente impessoal exercida nas salas de redação era, por certo, muito sofisticada, se comparada ao velho padrão de subordinação direta aos interesses dos donos de jornais que, por muito tempo, tinha sido a regra para os jornalistas brasileiros. Alguns dos antigos donos de jornais se notabilizaram por serem particularmente despóticos. Assis Chateaubriand - o dono do grupo midiático Diários Associados, e considerado uma das pessoas mais poderosas do Brasil entre as décadas de 1930 e 1950 - foi famoso por humilhar os jornalistas que trabalhavam em seus jornais (Morais, 1994). Comparada a isto, a rígida ordem hierárquica das modernas salas de redação se constituía como um evidente progresso. Havia regras claras a seguir e, não obstante a autonomia dos jornalistas individuais permanecesse ainda um tanto restrita, a autonomia dos jornalistas como grupo se tornava muito maior: as decisões sobre as notícias eram tomadas

---

1

2

principalmente entre os próprios jornalistas nas salas de redação, apesar de os donos terem a última palavra.

Paralelamente à disciplina, a lealdade era um princípio bastante valorizado entre os membros do PCB. Enquanto a disciplina diz respeito à relação baseada em regras impessoais, o que implica na subordinação dos *indivíduos* a uma determinada ordem, racional e utilitária, a lealdade é um laço entre *pessoas*, e envolve valores tais como honra, respeito e generosidade. Esta lógica não se baseia em critérios de eficiência, mas no tipo de relação social que Marcel Mauss (19XX) denomina “reciprocidade”. Como os demais partidos comunistas, o PCB enfatizava a lealdade de seus membros em relação aos seus colegas de partido (os “camaradas”), ao partido em si mesmo e à classe operária como um todo. Se a disciplina diz respeito ao *que* os jornalistas ofereciam aos donos de jornais, a lealdade aponta para o modo *como* eles faziam isso. Sustentamos que as redes de lealdade entre os comunistas foram recorrentemente usadas como meio para cooptar jornalistas para a ordem disciplinar. Isto teria acontecido principalmente em duas circunstâncias: a admissão de novos jornalistas e a mediação, exercida pelos jornalistas graduados, entre os donos de jornais e os jornalistas na sala de redação.

A admissão de membros do PCB (ou outro grupos de esquerda) foi um elemento crucial para a formação de redes de lealdade nos jornais. Ao admitir pessoas cujas idéias eram diferentes, e mesmo antagônicas em relação à posição dos seus jornais, os donos podiam não apenas dizer que tinham a mente aberta, como também cultivar com os jornalistas uma relação de tipo paternalista, esperando respeito e lealdade em troca. Este padrão personalista de relacionamento é evidenciado pelos depoimentos de muitos jornalistas. Cláudio Abramo, por exemplo, declarou gostar de seu chefe, Júlio Mesquita (ou Dr. Julinho, como o chamava) como um pai, não obstante o considerasse esnobe e reacionário. Do mesmo modo, tornou-se comum referir-se aos comunistas de *O Globo* como “os comunistas do Dr. Roberto”. Note-se que, em ambos os casos, o tratamento dado aos patrões combina características de hierarquia (“doutor” é um tratamento usual para pessoas poderosas no Brasil) e informalidade (o uso de prenomes e/ou diminutivos), o que reforça a impressão de paternalismo.

Os jornalistas comunistas compartilhavam também uma outra concepção de solidariedade, mais próxima do sentimento de pertencer a um grupo de pares (pessoas que defendiam a mesma causa ou eram membros do mesmo partido). Essas redes de solidariedade estiveram presentes antes do regime militar, mas foram reforçadas neste período como resultado da perseguição movida por este contra os comunistas, muitos

dos quais perderam seus empregos ou foram presos sob a acusação de subversão (Markun: 2005). Dado que a imprensa se tornou uma das únicas alternativas de emprego para os comunistas, os jornalistas de esquerda tendiam a perceber que seu comportamento pessoal era fundamental para manter essas opções abertas.

O papel de mediação entre os patrões e a sala de redação, exercido pelos jornalistas mais experientes desempenhava um papel essencial no processo de cooptação dessas redes de lealdade em benefício da disciplina dos jornais. Este processo é descrito por Abramo nos seguintes termos:

“O jornal era um produto pensado e saía de um projeto global maior, feito de acordo com o dono do jornal. Tinha-se uma estratégia e uma tática, como em tudo na vida. Assim, posso ter uma linha conservadora ou radical de esquerda, mas o jornal tem que ter um programa, um projeto. Esse projeto pode estar impresso, escrito, falado, entendido ou subentendido entre o chefe da redação, o dono do jornal e o pessoal da redação. O importante é que a redação entenda o que se quer fazer” (1988: 167).

A retórica e as práticas adaptadas do modelo americano de jornalismo forneciam um sistema comum de referências que facilitava a comunicação entre os donos de jornais, os editores e os demais jornalistas. Isto não significa que estes o *adotassem* como o *seu* próprio modelo, contudo. Muitos jornalistas brasileiros comumente se referiam à objetividade com desdém, como um mito ou mesmo uma mentira, mas ao mesmo tempo defendiam que os jornalistas deviam fazer um uso *formal* das regras da objetividade (tais como ouvir os dois lados ou adotar um estilo de escrita distanciado), visto que estes eram os valores *oficiais* da maioria dos jornais brasileiros (Rossi, 1980; Costa, 1991). Assim, eles aderiam ao modelo não porque acreditasse nele, mas simplesmente por conta do seu valor prático: ele permitia a jornalistas com perspectivas e interesses muito diferentes trabalhar juntos.

A referência ao modelo americano proporcionava vantagens diferentes para os donos dos jornais, os editores e os jornalistas da sala de redação. Os donos de jornal podiam se valer deles para destacar o compromisso dos seus jornais com valores tais como a democracia e a modernidade (Waisbord, 2000; Albuquerque, 2005). Para os jornalistas das salas de redação, a retórica e as práticas inspiradas no jornalismo americano serviam de linguagem técnica comum, com base na qual eles podiam se reconhecer como membros de um grupo de trabalhadores especializados, distintos dos

jornalistas precedentes, freqüentemente caracterizados como sub-literatos e irresponsáveis (Ribeiro). Para alguns jornalistas novatos, o aprendizado dessas regras ganhava ares de iniciação em um conhecimento esotérico. José Maria Mayrink, por exemplo, relata que seu chefe no *Correio de Minas*, Dídimo Paiva “destroçava quem tropeçasse na estrutura do texto ideal – claro para ele, inatingível para nós” (2002: 25). Por fim, os editores e os jornalistas mais experientes, pioneiros do novo estilo de jornalismo, podiam reivindicar o status de autoridades últimas neste campo. Para uma geração inteira de jornalistas, eles foram considerados não apenas como superiores hierárquicos, mas como professores da técnica jornalística e líderes do movimento de modernização do jornalismo brasileiro.

O pioneirismo ajuda a explicar o estilo carismático de liderança exercida pelos editores brasileiros entre as décadas de 1950 e 1970, mas não explica tudo. Na ausência de uma cultura profissional compartilhada, e dada a enorme distância ideológica entre os donos de jornais conservadores e a massa dos jornalistas que trabalhavam para eles, os editores e jornalistas mais experientes tinham que agir como mediadores *políticos* entre eles. Na ausência de algum apoio (mesmo implícito) do PCB e de outras organizações de esquerda das quais os jornalistas participavam, é pouco provável que eles tivessem logrado sucesso. Embora não apoiasse ativamente o modelo de jornalismo americano, o PCB ajudou a fornecer às salas de redação a disciplina e a estabilidade política necessárias para pô-lo em prática (ainda que em sua forma adaptada).

Em suma, entre os donos de jornais conservadores e os jornalistas comunistas se estabeleceu um casamento de conveniência, não um baseado em amor verdadeiro. Os proprietários obtiveram do PCB a disciplina e as redes de lealdade necessárias para manter as suas salas de redação estáveis o bastante para permitir a modernização dos seus jornais. Em troca, eles consentiram que os comunistas fizessem dos seus jornais sua área de influência, ainda que dentro de limites estritos.

#### **4. Crise e Divórcio**

Os casamentos de conveniências duram apenas enquanto são convenientes para ambas as partes. No final da década de 1970, contudo, os donos de jornal não tinham mais qualquer interesse em manter o acordo com os jornalistas comunistas. Os jornais haviam mudado e eles não precisavam dos comunistas para obter jornalistas preparados, disciplina e redes de lealdade. Do ponto de vista dos proprietários, os custos de se

tolerar a influência comunista em seus jornais progressivamente ultrapassou os benefícios que isso gerava.

O papel do PCB como provedor de jornalistas preparados para os jornais conservadores declinou progressivamente ao longo da década de 1970 e é razoável supor que o decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que regulamentou a profissão de jornalista tenha tido algo a ver com isso. O decreto foi outorgado pela Junta Militar, composta pelos ministros do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica Militar, que governou o país durante dois meses em 1969, em um momento em que o Congresso Nacional se encontrava fechado pela ditadura. Entre outras coisas, o decreto-lei estabelecia que o curso superior em Jornalismo seria um pré-requisito para o exercício da profissão. A intenção principal por detrás do decreto parece ter sido a de minar o papel exercido pelas organizações de esquerda como intermediários do processo de admissão de novos jornalistas pelas organizações noticiosas. A expectativa era de que os jornalistas oriundos da universidade teriam um perfil mais técnico do que os seus antecessores, e para garantir que isto de fato ocorreria, o regime promoveu uma ampla reforma do ensino universitário, dando origem ao modelo de curso em “Comunicação Social” (que vigora até hoje).

O decreto-lei teve um impacto profundo no jornalismo brasileiro. Para começar, ele estimulou uma multiplicação extraordinária dos cursos de graduação em jornalismo no país. Segundo Maria Helena Weber, entre 1968 e 1972, o número de cursos mais do que dobrou, de 20 para 46. Isso significa que a oferta de mão de obra especializada para o trabalho no jornalismo logo se tornou muito superior ao número de postos de trabalho nas empresas jornalísticas. Nestas circunstâncias, a admissão de novos jornalistas se tornou necessariamente um processo mais impessoal e, conseqüentemente, se tornou mais difícil para o PCB e outras organizações de esquerda usar suas redes de relacionamento para infiltrar membros e aliados nos jornais.

Devido ao seu treinamento formal em jornalismo, e contando com o apoio legal proporcionado pelo decreto-lei nº 972, os novos jornalistas eram mais propensos a desenvolver uma atitude individualista sobre o seu emprego do que seus colegas mais veteranos: eles tendiam a entendê-lo como uma conseqüência de seu mérito pessoal e formação especializada, antes que como um favor que eles deveriam retribuir. Isso não significa, porém, que o perfil dos novos jornalistas correspondesse ao perfil “técnico” desejado pelas autoridades do regime militar. Na virada para a década de 1970, as universidades brasileiras – como de resto, as de todo o mundo – se tornaram um terreno



fértil para os grupos de esquerda radical, os quais, diferentemente do PCB, adotavam uma retórica revolucionária e, em alguns casos, se engajaram na luta armada contra o regime. Em muitos cursos, os alunos de jornalismo foram apresentados na universidade a conceitos de extração marxista, tais como Indústria Cultural e Aparelhos Ideológicos de Estado, que os estimulavam a desnaturalizar aspectos da técnica do jornalismo e contestar o discurso da neutralidade jornalística. Paradoxalmente, mesmo as disciplinas técnicas dos cursos de jornalismo contribuíam para dissociar os seus alunos do ethos profissional sonhado pelas autoridades. Afinal, os princípios e valores que os acompanhavam, inspirados no modelo americano de jornalismo, eram sistematicamente desmentidos pela prática do jornalismo no mundo real, caracterizada por toda ordem de restrições, intimidação, censura e auto-censura. Assim, muitos jornalistas passaram a ver os códigos da objetividade jornalística como um álibi para a conivência em relação ao regime <sup>3</sup>. Obviamente, nem todos os jornalistas formados tinham uma perspectiva individualista sobre sua profissão e, entre eles, havia membros e simpatizantes do PCB. Contudo, a absorção de um número crescente de jornalistas com uma formação diferenciada dos demais se provou um fator de tensão nas salas de redação. Cláudio Abramo (1988), por exemplo, retrata os jornalistas formados como egoístas, arrogantes e imprudentes.

Por essa época, os jornais estavam modernizando a sua infra-estrutura e se tornando organizações mais complexas. As sedes dos jornais se tornaram maiores, o número de jornalistas aumentou e os laços entre eles se tornaram mais impessoais e burocráticos (Corrêa, 2002). Em tais circunstâncias, o velho esquema disciplinar e as redes de solidariedade de que se servia o PCB encontravam um terreno muito menos fértil para florescer. No final da década de 1970, sob a influência do movimento do Novo Sindicalismo – que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) – muitos jornalistas passaram a se identificar menos como intelectuais do que como membros da classe trabalhadora, cujos interesses eram diametralmente opostos aos dos patrões. Em 1977/78 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo propôs a criação do Conselho Consultivo dos Representantes de Redação (CCRR), descrito por Perseu Abramo como “um órgão de pressão dos jornalistas contra os patrões, e, por tabela, contra o sistema” (1997: 289). Provavelmente inspirado pelo exemplo do

---

<sup>3</sup> Um fenômeno bastante complexo, o chamado “jornalismo alternativo” foi em boa medida estimulado pela crença de que o verdadeiro jornalismo não podia ser exercido no âmbito da grande imprensa.

Portugal pós-revolucionário (Agee e Traquina, s.d.), o sindicato paulista passou a reivindicar que o CCRR deveria desempenhar um papel ativo no processo de produção das notícias, a fim de garantir uma maior diversidade de perspectivas para as notícias.

Em 1979, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo liderou uma greve, cuja pauta incluía a reivindicação de aumento salarial para a categoria e o reconhecimento do CCRR pelos donos de jornais. Não obstante um grande número de jornalistas tenha entrado em greve, a adesão não bastou para interromper a circulação dos jornais (Silva, P. Abramo). Muitos jornalistas que eram membros do PCB foram contrários à greve, e alguns tentaram exercer um papel conciliatório, mediando a relação entre os donos de jornal e os jornalistas em greve. Contudo, o PCB já não tinha mais a influência de antes e perdia aceleradamente a sua condição de principal referencial da esquerda para o recém-nascido PT, que tinha uma atitude muito mais combativa com relação ao empresariado.

Os donos de jornais tomaram a greve como uma traição e uma séria ameaça contra os seus interesses, e retaliaram duramente, demitindo um grande número de jornalistas. Dado que o PCB não era mais necessário para prover jornalistas preparados para as organizações noticiosas, e visto que sua influência sobre os jornalistas havia decrescido de tal modo que não era mais suficiente para garantir a disciplina e as redes de lealdade nas salas de redação, os donos dos jornais acharam que já era a hora de assumir um controle mais direto sobre ela. A reforma do jornal *Folha de S. Paulo* oferece o exemplo mais dramático disto: o “Projeto Folha” visava redefinir totalmente a cultura profissional do jornal. Para tal, a *Folha de S. Paulo* publicou um manual de redação que enfatizava o compromisso dos jornalistas com o valor da objetividade e dava instruções bastante detalhadas sobre o modo como os jornalistas deveriam se comportar no processo de produção das notícias (cabe destacar que a cobertura das greves mereceu um tópico especial e bastante detalhado por parte do manual). Ainda mais importante, o manual enfatizava que os jornalistas deveriam se dedicar inteiramente à *Folha de S. Paulo* – e através dele, com o “leitorado”, ou seja, os leitores que, ao comprarem o jornal, emprestavam a ele legitimidade para falar em seu nome – e que tal compromisso não poderia ser dividido com nenhum partido político.

## **Conclusão**

Em seu livro *A síndrome da antena parabólica*, Bernardo Kucinski lamenta que a auto-censura é uma atitude largamente difundida entre os jornalistas brasileiros atuais.

Segundo ele, a longa prática da auto-censura durante os anos do regime militar gerou uma cultura jornalística perversa:

“ [...] um dos traços que mais distingue o jornalismo brasileiro do jornalismo de culturas de maior tradição democrática é a sua relativização do valor *verdade* na ética profissional. Enquanto na escala de valores da ética do jornalismo liberal dos países pós-industriais o valor *verdade* ocupa uma posição central, no jornalismo brasileiro este valor é deslocado para o valor *responsabilidade* e outros valores, tais como lealdades pessoais do repórter e/ou a lealdade da empresa jornalística ao poder ou a interesses particulares, ou mesmo pelo valor *sucesso pessoal*” (1998: 69)

Ainda que concordemos com o diagnóstico de Kucinski sobre os problemas do jornalismo brasileiro atual, acreditamos que as raízes do problema são mais profundas e complexas do que o autor sugere. Acreditamos que auto-censura sistemática passou a ser exercida pelos jornalistas antes do regime militar, e não pode ser entendida como uma mera consequência da repressão política. Ela foi o preço que os jornalistas aceitaram pagar para exercer alguma influência nas salas de redação dos jornais conservadores. Esta análise vai ao encontro de observações feitas pelo próprio Kucinski, que destaca a influência comunista nas redações no período anterior ao regime militar, e afirma que a “clandestinidade intelectual, derivada e companheira da clandestinidade política, já era parte do *éthos* do jornalista com carteirinha de esquerda mesmo antes do golpe” (1998: 68). Discordamos, contudo, da sua sugestão de que “para esses quadros jornalísticos, altamente conscientes, esclarecidos e politizados, a militância se dava fora da redação” (1998: 68).

Defendemos, neste artigo, que a presença de muitos comunistas entre os jornalistas, entre as décadas de 1950 e 1970, não aconteceu a despeito da sua posição política, mas em boa medida, por causa dela. Entre esses jornalistas e os donos dos jornais se estabeleceu uma relação simbiótica. Estes toleravam a presença maciça de comunistas nos seus jornais não porque gostassem deles, mas porque eles precisavam de jornalistas preparados, disciplinados e leais para apoiar seu projeto de modernização dos jornais, e o PCB podia oferece-los para eles, em troca de exercer alguma influência nas salas de redação. Esta surpreendente aliança desempenhou um papel muito importante para tornar possível a adaptação do modelo liberal de jornalismo, para o Brasil, em condições muito diferentes das que ele encontrou para se desenvolver, nos Estados

Unidos. Não é de surpreender que a forma adaptada resultou em algo muito diferente do modelo original. Como conclusão, sugerimos que a análise do desenvolvimento do jornalismo em países periféricos deve focar o processo dinâmico de re-leitura e adaptação dos modelos dos países centrais, antes que classifica-los com base em modelos que, de algum modo, são “estáticos”.

- Abramo, Cláudio (1988). *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Abramo, Perseu (1997). *Um trabalhador da notícia. Textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Abreu, Alzira Alves de (2003). Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In Alzira Alves de Abreu et al. *Mídia e Política no Brasil: Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Agee, Warren K. & Nelson Traquina. *O quarto poder frustrado. Os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Veja, s.d.
- Albuquerque, Afonso de (2005). Another ‘Fourth Branch’. Press and political culture in Brazil. *Journalism* 6 (4): 489-507.
- Amaral, Luiz (1996). *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-D.C.Luzatto.
- Andrade, Evandro Carlos de (2003). Depoimento a Fernando Lattman-Weltman. In Alzira Alves de Abreu et alii. *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 14-67.
- Bahia, Juarez (1990). *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Editora Ática.
- Blanchard, Margaret A. (1986). *Exporting the First Amendment. The Press-Government Crusade of 1945-1952*. New York: Longman.
- Chalaby, Jean K. (1996) Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3) p. 303-326.
- Conti, Mario Sergio (1999). *Notícias do Planalto: a Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Corrêa, Villas-Bôas (2002). *Conversa com a Memória. A história de meio século de jornalismo político*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Costa, Caio Túlio (1991). *O relógio de Pascal. A experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano.
- Hallin, Daniel C. & Mancini, Paolo (1984). "Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian television news". *Theory and Society*, 13, p. 829-850.
- Hallin, Daniel C. & Paolo Mancini (2004) *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Köcher, Renate (1986). Bloodhounds or Missionaries: Role Definitions of German and British Journalists. *European Journal of Communication* 1 (1): 43-64
- Kucinski, Bernardo (1998). *A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Markun, Paulo (2005). *Meu querido Vlado*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mayrink, José Maria (2002). *Vida de repórter*. São Paulo: Geração Editorial.
- Ribeiro, Ana Paula Goulart (2001). Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobrevivem as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50? In Marialva Barbosa (org). *Estudos de Jornalismo I*. Niterói: Ed. do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação/INTERCOM, P. 42-55.

- Rossi, Clovis (1980). *O que é jornalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Siebert, Fred S.; Theodore Peterson & Wilbur Schramm (1963/1956). *Four Theories of the Press*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Smith, Anne-Marie (2000). *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Waisbord, Silvio (2000). *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy*. New York: Columbia University Press.